

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que na nova orgânica do Governo Regional dos Açores, depende da Secretaria Regional da Saúde, tem como atribuições orientar, coordenar e fiscalizar na Região Autónoma dos Açores, as atividades de Proteção Civil e dos Corpos de Bombeiros, bem como assegurar o funcionamento de um sistema de transporte terrestre de emergência médica.

O âmbito, princípios, e objetivos da proteção civil encontram-se devidamente definidas na Lei de Bases da Proteção Civil, onde se estabelece que esta é uma atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas, Autarquias, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer

as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

Com carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabe a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades.

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores assume particular importância na Região Autónoma dos Açores, que pela natureza das suas ilhas e localização no centro do Oceano Atlântico, apresenta condições muito favoráveis para que seja confrontada frequentemente com situações de perigo e de risco potencial, sendo elas decorrentes essencialmente de riscos naturais.

A geomorfologia das nossas ilhas, associada a grandes índices de precipitação, sejam elas intensas e em curto período de tempo, ou menos intensas mas prolongadas e constantes no tempo, eleva a condição da nossa região como uma das mais afetadas por ocorrências como as enxurradas, derrocadas, deslizamento de taludes e

vertentes, obstrução de aquedutos, provocando inúmeros prejuízos materiais e físicos, quer nas infraestruturas públicas, quer nas propriedades privadas e suas habitações.

Na semana passada assistimos infelizmente a mais ocorrências deste género, mas desta vez com perdas irreparáveis com o falecimento de três pessoas na freguesia do Faial da Terra. Permitam-me desta tribuna, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, enviar os nossos sentimentos às famílias que se encontram em luto, e a todos aqueles que hoje se veem privados da sua habitação e do conforto familiar.

Hoje, estamos mais atentos para os problemas que surgem nas nossas localidades, e temos consciência da necessidade de melhorar, adequar e compatibilizar os instrumentos de gestão territorial à nossa realidade de território propenso a situações de risco, com vista a minimizar o impacto da ação humana sobre o território e seus recursos naturais.

Hoje, estamos mais perto de atingir uma cultura de proteção civil, que decorre dos muitos anos de investimento na formação e informação da nossa população, com especial incidência sobre os nossos jovens que estão mais bem informados sobre a natureza e fins da proteção civil, sobre os riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território e sobre as medidas adotadas e a adotar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Na reestruturação do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores deve-se assumir que muito se fez nas últimas décadas, mas que ainda há margem para progressão, correção e desenvolvimento de todo o sistema, nomeadamente na melhoria do relacionamento e no estabelecimento de procedimentos entre as entidades regionais e municipais, de modo a garantir uma intervenção mais articulada, coordenada e otimizada dos meios

disponíveis e adequados para cada situação e em cada ilha através do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

Outro objetivo da referida reestruturação do Serviço é o alargamento do Projeto de Suporte Imediato de Vida às restantes 7 ilhas do Arquipélago de forma gradual e de acordo com suas necessidades, para o qual alerta que se tenha em consideração a realidade própria de cada ilha e suas características territoriais.

Na rede de Comunicações é fundamental a sua evolução para o Sistema Integrado de Redes de Emergência, de âmbito nacional e que pretende cobrir todo o seu território. É uma rede adaptada às normas europeias de telecomunicações, que pretende garantir um sistema único de comunicações, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação.

Os planos de emergência devem ser adaptados à natureza dos perigos existentes e à escala do território ilha, devendo ultrapassar os limites administrativos do concelho, sendo devidamente enquadrados numa estratégia regional de emergência e de proteção civil. Estes deverão ser monitorizados e avaliados de modo a que a sua aplicação possa ser um contributo para que sejam otimizados ao longo dos anos, permitindo melhorar a eficácia de todo o sistema.

O Serviço Regional de Proteção Civil propõe-se a aplicar uma política de manutenção e conservação das infraestruturas, viaturas e equipamentos existentes.

O Governo dos Açores tem de continuar a investir numa cultura de proteção civil dos Açorianos através da informação e formação de todos nós, cidadãos conscientes e solidários, das nossas famílias, das nossas empresas, dos estabelecimentos abertos ao público, das nossas escolas, dos órgãos de comunicação, das entidades da administração pública local e regional. Necessita, de igual modo, continuar o investimento na formação dos efetivos

dos Corpos de Bombeiros através de formação específica no Centro de Formação do Serviço.

Hoje, gostava de enaltecer o trabalho de todos aqueles que de forma direta ou indireta intervêm no Sistema Regional de Proteção Civil, onde os nossos Bombeiros assumem um papel de destaque, intervindo em condições difíceis, sendo expostos a perigos e riscos de noite, de dia, na terra e no mar.

Assistimos na Região ao aumento da profissionalização dos nossos Bombeiros e a uma redução do voluntariado. Devemos analisar o porquê e tentar perceber como a profissionalização e voluntariado poderão coabitar de forma saudável nas nossas Associações, de modo a garantir o seu futuro e sustentabilidade.

Hoje, como no futuro não podemos prometer e garantir que não corremos riscos nos Açores, mas podemos garantir que todo o investimento realizado e a realizar pelos Governos do Partido Socialista, e que se reflete no património, infraestruturas, viaturas, equipamentos ao dispor das nossas Associações Humanitárias de Bombeiros

Voluntários e das nossas entidades da Administração Pública estarão sempre disponíveis e ativas a prevenir e a atenuar riscos, bem como a socorrer e a assistir os Açorianos e os Açores.

Disse

Horta, sala das sessões, 20 de março de 2013

O Deputado Regional: André Rodrigues